

# PARA CONCEBER A LÍNGUA NA SUA PLASTICIDADE: o contributo da *História da Língua Portuguesa*

*Maria Helena Paiva*

Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
Centro de Linguística da Universidade do Porto

Tendo em conta o tema do colóquio, restringirei a minha comunicação ao âmbito da formação, excluindo o da informação.

Se, antes deste português em que nos entendemos hoje, passaram 7000 anos de um linha temporal ininterrupta, quando remontamos até ao proto-indo-europeu, passando pela fragmentação do latim, forçoso é ter em conta que a maleabilidade de uma língua, ou do conjunto de manifestações idiomáticas unificadas pela designação de língua, sob o peso de fortes condicionantes, pode determinar que dela se gere um mosaico de línguas profundamente diversificadas. Mais do que isso, definida a individualidade do galego-português, cerca do século X, é o plasmar-se constante da língua que, com ritmos de mudança variável, nos conduz ao presente linguístico em que nos exprimimos. Como é que este facto deverá projectar-se na forma de conceber a língua, não só no seu devir através do tempo, mas mesmo no presente, a língua cujo domínio passivo e activo, oral e escrito, o professor de português deve desenvolver nos seus alunos?

Desdobrarei a resposta em várias coordenadas.

Referir-me-ei em primeiro lugar à atitude, exigida pelos objectivos a alcançar: na actividade de descoberta que a linguística histórica partilha com as suas congéneres na área da linguagem, cabe-lhe especificamente configurar uma indagação que visa a reconstituição do passado: basta que recuemos um século, para que nos apercebamos que nos escapa a capacidade de juízo certo sobre a determinação do que é individual ou colectivo, novo ou ancestral, raro ou geral, neutro ou expressivo; à medida que recuamos no tempo, aumenta a amplitude e a necessidade de reconstituição, reconstituição que só é possível se quem indaga não sobrepuser o seu presente a um tempo que é *outro*, o que implica o respeito pela especificidade de cada momento da história, e deve conduzir o investigador à consciência clara dos seus limites, face

à grandeza do todo que procura desvendar. Isto que, à falta de melhor termo, poderá chamar-se talvez modéstia, acompanha-se da necessidade de distinguir as certezas das conjecturas, o que implica a rejeição de opiniões monolíticas, uma vez que há certezas não plenas e conjecturas em parte fundamentadas.

Além disso, o método para o conhecimento desse passado sempre parcialmente perdido, definido desde os primórdios da linguística histórico-comparativa, assenta necessariamente numa estratégia observacional que suscita hipóteses explicativas, testadas através de uma argumentação assente, quer no conhecimento de princípios gerais, que determinam o funcionamento das línguas, quer em factos linguísticos precisos: a validade da argumentação gradua-se conforme a relação entre o facto em vias de ser descoberto e os factos que garantem a sua existência ou a modalidade da sua existência. Quando em 1924 Antoine Meillet explicitou o conceito de «força probante»<sup>1</sup>, foi um método de pensar objectiva e criticamente que definiu e divulgou. A fundamentação factual das teses, o facultar aos outros as provas para que sejam analisadas criticamente, é constante em todas as correntes seguintes que se projectam na linguística histórica de hoje. Mas é mais do que isso: é a própria raiz do pensamento moderno que, a partir do Renascimento, não se satisfaz com critérios de autoridade.

Daqui resulta que a linguística histórica deve ter desenvolvido e consolidado, naqueles que a praticam, formas de pensamento racional objectivo e fundamentado, que o professor de Português deve pôr em prática e inculcar nos seus alunos.

O conhecimento da História, exigindo sínteses sucessivas, pode ser também um processo conducente à definição da identidade da língua portuguesa.

Do século I e do latim vulgar até ao Português de hoje, seguir o curso da História é circunscrever espaços cada vez menores em épocas cada vez mais recentes, uma vez que, partindo da comunidade linguística inicial, se vão delimitando a România Ocidental, por contraste com a România Oriental, a periferia do Império romano, pelas diferenças em relação ao centro, o Bloco Ibérico comparativamente diverso das outras regiões da România, e finalmente o Noroeste Peninsular nas suas características individualizantes; até aqui e até então, o percurso coincide com o que reputamos como a essência da definição: Aristóteles considerou que ela se constrói pelo «género próximo e pela diferença específica»<sup>2</sup>, concepção esta subjacente a formulações mais actuais<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> MEILLET, A. – *La Méthode Comparative en Linguistique Historique* (1924). Paris: 1970.

<sup>2</sup> Cf. VILELA, M. – *Definição nos Dicionários de Português*. Porto: 1983, pp. 9 e segs.

<sup>3</sup> Cf. REY-DEBOVE, J. – *Le Métalangage*. Paris: 1978, pp. 93 e segs., em que «género próximo» é substituído por «incluant», mantendo-se a «diferença específica».

A partir daí, ou seja, do Noroeste peninsular, e de então, dos séculos XI-XII, o jogo de factores universais, temporais e locais comunicaram à língua que é a nossa a fisionomia que lhe é própria e em que nos reconhecemos.

Outras correntes, ou outras disciplinas podem contribuir para esta consciência de identidade, mas a História da Língua Portuguesa está especialmente vocacionada para isso: a operação de definir é tão inerente à mente humana que todas as línguas «fornecem os meios de perguntar 'o que é um X'»<sup>4</sup>; é o vazio conceptual resultante de se rejeitar a reflexão ou o conhecimento objectivo neste domínio que tende a exacerbar reacções subjectivas tão euforizantes como falseantes: o que prende ainda os membros de uma comunidade «sem memória e sem história» é sempre muito menos e muito mais pobre do que aquilo que também a enraiza e alicerça ao longo do tempo e lhe confere no presente aquele carácter uno e único cujo reconhecimento torna mais conscientemente próximos os que a falam. Nada é mais oposto a qualquer passadismo ou ao que se designou de nacionalismo.

Já que de reacções subjectivas falamos, importa sublinhar (uma vez mais?) que, se um dos princípios herdados do século XIX e comum a todas as correntes linguísticas, é de que não há línguas, nem variedades linguísticas superiores e inferiores, a linguística histórica está bem armada para comprovar a raiz extra-linguística de juízos de valor deste tipo. Uma das razões por que a história da língua interessa, é que ela desemboca no presente e o ilumina; neste presente, em que se projectam por um lado a globalização, e por outro os interesses de que uma língua é sempre sede, é desejável que o professor de Português disponha da formação necessária para enfrentar os preconceitos que não deixarão de vir ter com ele.

As referências que acabo de fazer aos juízos de valor que o locutor comum tende a amalgamar a dados de natureza linguística, situam-nos numa das áreas em que a Linguística histórica e mais precisamente a História da Língua Portuguesa devem moldar as concepções, a definição de prioridades e os comportamentos do professor de Português.

Embora a História não se repita, podem encontrar-se paralelismos entre a situação da maior parte dos alunos de Português e a dos locutores, pelo menos em dois momentos históricos: o primeiro é o período das origens, o segundo, o Renascimento.

Pertenciam às camadas populares e médias, falavam e pouco ou nada escreviam, quando falavam percebia-se facilmente qual era a sua origem geo-

---

<sup>4</sup> WEINREICH, U. – «Lexicographic Definition in Descriptive Semantics», *Problems in Lexicography*. La Haye: 1967, p. 42, cit. por REY-DEBOVE, J. – *Étude Linguistique et Sémiotique des Dictionnaires Français Contemporains*. Paris: 1971, pp. 191-192.

gráfica, a linguagem que usavam era às vezes antiquada outras vezes inovadora, importava-lhes mais a expressão do eu subjectivo e a acção sobre o outro do que a representação abstracta das ideias. Acabo de referir-me aos locutores do latim vulgar e também a uma boa parte dos alunos de Português, à sua chegada à escola, e muitas vezes durante muito tempo ou sempre até certo ponto, quando a escola fracassou.

O acesso ao ensino de camadas populacionais que dele tinham ficado privadas é frequentemente designado por «massificação»; mas o conteúdo da palavra só se torna claro por oposição a «elites», do mesmo modo que o conceito de «vulgo» se define depreciativamente por contraste com «os melhores», entre os quais se inclui sempre aquele que usa o vocábulo; mas, se a palavra que preferirmos for «democratização», a concretização do seu conteúdo obriga a reequacionar vários problemas, no âmbito do ensino do português.

Todos eles passam pela consciência de que as mutações sociais podem ter tanta importância na deriva linguística que constituem para alguns autores um factor determinante na periodização da história de uma língua: assim, os importantes fenómenos linguísticos que se dão no português do século XV têm sido relacionados, como faz P. Vázquez Cuesta, com a crise de 1383-1385, que termina com a vitória do mestre de Aviz, o que «en contra del parecer de la mayor parte de la nobleza lusitana [...] significa el triunfo, sobre la vieja nobleza agrícola norteña que había llevado a cabo la Reconquista, de una nueva clase social cuya importancia será extraordinaria para el futuro del país: la emprendedora burguesía lisboeta de comerciantes y armadores de navíos»<sup>5</sup>.

O conhecimento da língua padrão, quer no plano da compreensão, porque é a variedade em que são veiculados os conteúdos a transmitir, quer no plano da expressão, pelas razões que adiante explicitaremos, condiciona o sucesso escolar e o êxito social.

A unidade da língua padrão forja-se pela selecção de uma única variedade, em cada um dos eixos de diversificação linguística: assim, quanto à diversificação diastrática, é retida a variedade correspondente ao topo da pirâmide social; no plano da diversificação diatópica, se os traços regionais colectivamente reconhecidos não são explicitamente proscritos, eles são considerados como marcas de sinal negativo, por contraste com a sua ausência, própria da

---

<sup>5</sup> VÁSQUEZ CUESTA, P. e LUZ, M. A. Mendes da – *Gramática Portuguesa*, 3ª ed. Madrid: 1971, p. 202. Para uma perspectiva geral sobre a questão, ver MAIA, C. de AZEVEDO, «Sociolinguística histórica e periodização linguística», *Diacrítica*, X, 1995, pp. 1-30; e ainda: «Periodização na história da língua portuguesa: *status quaestionis* e perspectivas de investigação futura», GÄRTNER, E., ed.: *Estudos de História da Língua Portuguesa*. Frankfurt: 1999.

norma geográfica e não deixam de situar os que as possuem na parte mais baixa de uma escala de prestígio. Relativamente aos outros eixos diversificatórios, à Escola cabe a iniciação no conhecimento de um dos pólos: no que se refere à diversificação diafásica, a Escola é o principal quadro de aquisição de um registo formal, cuidado ou culto, indispensável à progressão de toda a espécie de conhecimentos comunicados, expressos e avaliados.

Embora as variedades de uma mesma língua convivam, como cada um aprende por imitação a linguagem do meio social em que se desenvolveu, se este meio é o meio popular, a variedade padrão é-lhe em grande parte estranha. Uma das características da linguagem popular consiste em continuarem a exercer-se nela os fenómenos que ao longo do tempo actuaram na modificação da língua, como a analogia, mas à que a variedade padrão se tornou impermeável, em consequência da fixidez que, em certos domínios, a caracteriza. Por outro lado, e quase parafraseando Labov<sup>6</sup>, uma parte das inovações recentes que se propagam partem de núcleos, frequentemente intelectuais, que pertencem às camadas dominantes: é o caso, a título de exemplo, de «postura», no sentido de 'atitude', de «incontornável» palavra virtualmente já existente mas cujo novidade consiste na frequência do uso, uma vez que passou a ser grande o número de locutores ou escreventes que se aperceberam da existência de um elevadíssimo número de realidades às quais não se pode dar a volta<sup>7</sup>.

Em suma, a divergência das áreas de fixidez e dos tipos de criatividade é a expressão da distância que separa as duas variedades diastráticas.

Finalmente, quanto ao eixo oral – escrito, é em meio escolar que se cria a capacidade de leitura e de escrita, promovendo posteriormente a Escola o desenvolvimento destas capacidades. É necessário ter em conta que, tradicionalmente centrada na língua escrita, a disciplina de português e a escola em geral se renovaram pela valorização da oralidade, cuja especificidade foi reconhecida.

Importaria talvez indagar se essa valorização não se fez em detrimento da língua escrita; parece manifestá-lo a aparente assistemática do ensino da

---

<sup>6</sup> Não esquecendo que o sociolinguista americano trabalha com variáveis fonológicas, as suas pesquisas são decisivas para a compreensão dos factores determinantes na expansão de novos usos. Destaque-se de momento a concepção do uso da língua como «uma forma de comportamento social» e a homogeneidade dos juízos de avaliação subjectiva como critério de identificação de uma comunidade linguística (LABOV, W. – *Sociolinguistic Patterns* (1972), Filadelfia, 1984; Trad.: *Sociolinguistique*. Paris: 1976).

<sup>7</sup> No momento de dar forma definitiva (Novembro de 2000) à formulação que adoptei na comunicação oralizada (Março), a frequência de «incontornável» diminuiu significativamente, apresentando o traçado característico de uma rápida e fulgurante ascensão, em que funciona como marca de prestígio; à medida que se banaliza, a palavra torna-se ineficaz como meio de assinalar uma elite, e o seu conteúdo não a impõe como satisfazendo uma necessidade designatória.

ortografia, em que não se nota a hierarquização e a progressão que lhe devem ser subjacentes. Quando se conhece a história da grafia portuguesa, distinguem-se particularidades arbitrárias que se mantêm porque a grafia foi normalizada e é oficial<sup>8</sup>, mas que são menos importantes do que as regras básicas de correspondência entre grafemas e fonemas, a distinção gráfica de homófonos por razões de ordem gramatical, ou ainda a aplicação do código de acentuação gráfica que, por ser fonologicamente fundamentado, permite desenvolver a dimensão racional e objectiva do conhecimento da língua.

Mas é a níveis mais avançados que o escrito desempenha um papel insubstituível e decisivo na superação de carências linguísticas de origem social e na aquisição de competência no âmbito do registo culto, que se situam principalmente no plano do léxico e da estrutura da frase complexa. O rigor na expressão exige um vocabulário abundante capaz de oferecer possibilidades de selecção entre lexemas de conteúdo próximo, e a precisão de linguagem depende do número de lexemas da mesma área onomasiológica. Como disse A. Martinet, a propósito das tendências antagónicas que se defrontam numa comunidade linguística, por um lado «as necessidades de expressão exigem unidades mais numerosas, mais específicas e proporcionalmente menos frequentes», enquanto, por outro lado, «a inércia natural pende para um número mais restrito de unidades mais gerais e de emprego mais frequente»<sup>9</sup>.

É evidentemente para o desenvolvimento e consolidação da primeira das tendências referidas por Martinet que o ensino do Português deve ser orientado.

Relativamente à estruturação da frase complexa e à explicitação dos nexos relacionais entre as unidades constitutivas, é também o texto escrito que constitui o material de aprendizagem mais eficaz, quer no plano da recepção, quer no plano da produção; neste último, o tempo mais lento e livre da produção, a ausência do receptor, o facto da mensagem permanecer sob os olhos do autor à medida que vai sendo produzida, e de os esquemas frásicos se deixarem rever e corrigir até serem dados por definitivos, tudo isto favorece o domínio mental de conjuntos mais amplos e mais fortemente hierarquizados do que aqueles que a comunicação oral produz.

Basta analisar uma entrevista gravada e transcrita, para repararmos como os anacolutos são frequentes, como as conjunções, sobretudo subordinativas, são raras e pouco variadas; afinal, o que resta do sistema de conjunções do

---

<sup>8</sup> Por exemplo, o fonema /u/ átono é representado pelo grafema <u>, em *mulher* e *capítulo*, e pelo grafema <o> em *modelo* e *boneca*. Contudo durante séculos grafou-se *molher* (escrita amplamente dominante ainda no século XVI) e *capitolo*, de acordo, de resto, com a etimologia (*u* em latim).

<sup>9</sup> *Économie des Changements Phonétiques* (1955), 3ª ed. Berne: 1970, p. 94.

latim clássico é muito pouco (*e, nem, ou, se, quando, como*) e, se o sistema conjuncional latino se esvai é porque os locutores do latim vulgar que imitá-  
mos eram parcos e omissos nesta matéria.

Os sistemas conjuncionais românicos são todos recriados a partir de outras palavras da mesma língua: assim, no português *ora*, substantivo, hoje escrito *hora*, depois advérbio, depois conjunção; a partir de advérbios, como *mas*, proveniente de *mais*, logo conclusivo, da aglutinação de palavras – *porém, portanto* – e principalmente pela constituição de uma vasta gama de lexias complexas formadas de um advérbio ou de uma preposição + *que*: *para que, porque, ainda que*<sup>10</sup>.

Tanto a perda do sistema conjuncional latino como a paulatina criação de um conjunto estruturado de instrumentos sintáctico-semânticos são o reflexo da história. Como disse Fernão d'Oliveira, em 1536, na primeira gramática do Português: «mui poucas são as cousas que duram por todas ou muitas idades em um estado, quanto mais as falas que sempre se conformam com os conceitos ou entenderes, juízos e tratos dos homens»<sup>11</sup>.

Falar do sistema conjuncional do português é pensar no Renascimento à luz da frase de Fernão d'Oliveira, e abordar o segundo dos momentos que anunciei pelas suas afinidades com o presente.

Então, a partir do século XV, mas principalmente durante o século XVI, o português, moldado pelos actos de discurso que o tinham tornado apto para a representação de conceitos até então só expressos em latim, como as restantes línguas românicas, transitou do estatuto de instrumento de comunicação corrente, que se designava de *linguagem*<sup>12</sup>, para o estatuto de *língua*, termo anteriormente reservado às línguas clássicas e ao hebreu, com tudo quanto isso significava de valor simbólico e de dignificação colectiva do homem.

A sintaxe e o léxico sofreram mudanças qualitativas e quantitativas que instituíram o português moderno; assim, a frase complexa adquire a possibilidade de se ramificar largamente sem que se percam os fios condutores do discurso; a amplificação do léxico assume proporções só por si suficientes para caracterizarem uma época. A título ilustrativo, e apenas relativamente a lexe-  
mas iniciados por <c>, não estão documentados antes do século XVI<sup>13</sup>: *calor*,

<sup>10</sup> Cf. HERMAN, J. – *La Formation du Système Roman des Conjonctions de Subordination*. Berlin: 1963.

<sup>11</sup> *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Lisboa: 1536.

<sup>12</sup> Cf.: «Por os mestres nam saberem as regras da nossa [gramática] lhe era tam dificultoso achar as matérias da latina, que tinham cartipácios de latins em *linguagem*, por onde os davam aos moços» João de Barros, «Diálogo em louvor da nossa linguagem», 58v 8-11.

<sup>13</sup> A recolha foi realizada nas obras gramaticais e paralinguísticas da época, que se prolongou até 1606, data da publicação da *Origem da Língua Portuguesa*, de Duarte Nunes de Leão. A datação

*cândido, carácter, catálogo, causar, centena, coligir, comentar, comentário, comércio, cómico, comissura, comodidade, cómodo, compatível, comunicar, comutação, conceder, conceito, concurso, conformidade, consistir, consórcio, constar, consultar, consumir, copilação (hoje compilação), copioso, cultivar.* Foram excluídos da lista os tecnicismos, particularmente frequentes nas áreas da gramática e da retórica, e das artes liberais.

Tanto um aspecto como o outro se relacionam com o aumento da produção escrita, servida pela imprensa que, tornando mais acessível o livro, criara condições favoráveis à difusão da cultura. Na abertura de mundos que caracteriza o Renascimento, além da renovação do saber assente na experiência, «madre das cousas»<sup>14</sup>, além da dilatação dos espaços efectuada pelos descobrimentos, é preciso ter em conta aquilo que mereceu a designação de galáxia Gutenberg<sup>15</sup>: o alargamento dos círculos de recepção do texto.

Mas uma coisa é a amplificação do léxico, que constitui sem dúvida um dos poucos casos em que é legítimo falar de progresso linguístico, outra coisa é a substituição de formas antigas ou recentes mas perfeitamente integradas na estrutura vocabular do português, por outras de cariz latino evidente. À deriva vernaculizante, representada por Fernão d'Oliveira, que defende a adaptação dos termos colhidos no latim à «melodia» do português<sup>16</sup> e rejeita grafias etimológicas distanciadas da fonia, virá sobrepor-se a deriva relatinizante, «pela adopção generalizada de traços que a evolução ancestral havia dissolvido»<sup>17</sup>, como marca que distingue os «homens polidos» dos «homens do vulgo» como afirma insistentemente Duarte Nunes de Leão<sup>18</sup>.

À medida que uma parte do potencial de transformação da língua se desloca do seu próprio núcleo para o latim, aumenta a distância entre a língua

---

baseia-se nas seguintes obras: CUNHA, A. G. da – *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*, 2ª ed. Rio de Janeiro: 1982; MACHADO, J. P. – *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 6ª ed. Lisboa: 1990; LORENZO, R. – *Sobre Cronologia do Vocabulário Galego-Português*. Vigo: 1968.

<sup>14</sup> Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo de Situ Orbis*: «a experiencia, que é madre das cousas, nos desengana e de toda a dúvida nos tira» – Livro I, cap. 2, citado por CARVALHO, J. Barradas de – «Sur la spécificité de la Renaissance Portugaise», *L'Humanisme Portugais et l'Europe*. Paris: 1984, p. 81.

<sup>15</sup> Cf. MCLUHAN, M. (1962) – *La Galaxie Gutenberg*. Trad.: Paris: 1967.

<sup>16</sup> «ora poys as dições gregas quando vem ter antre nós tão longe de sua terra, já lhes não lembra a sua ortografia: e nós as fazemos conformar com a melodia das nossas vozes, & com as nossas letras lhes podemos servir» (*Grammatica da lingoagem portuguesa*, 1536, p. 14 13-17); «os quaes [vocabulos «emprestados» do latim] como nossos os havemos de tratar & pronunciar & conformar ao som da nossa melodia & ao sentido das nossas orelhas» (Idem, p. 41 25-28).

<sup>17</sup> PAIVA, M. H. – «Vernaculidade versus relatinização: o testemunho dos gramáticos portugueses quinhentistas», *Actas do 1º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: 1985, p. 375.

<sup>18</sup> *Origem da Língua Portuguesa*. Lisboa: 1606, respectivamente: p. 115 6 e p. 141 1.



dos homens com «erudição»<sup>19</sup> e a de todos os outros: certos esquemas de derivação passam a remontar não ao radical português, mas ao radical latino: *cruel*, mas *crudelíssimo*, *feroz*, mas *ferocidade*. Mas é sobretudo a grafia que, aproximando-se da origem latina, afasta o significante visual do significante fonológico, tornando-o imprevisível para os que não sabem latim. De acordo com aquilo que preconiza, Fernão d'Oliveira escreve *cometer*, *ditongo*, *estilo*, *falar*, *mecanico*, *ortografia*, enquanto, igualmente de acordo com as suas concepções, Duarte Nunes de Leão usa *commetter*, *diphthongo*, *estyllo*, *fallar*, *mechanico*, *orthographia*. Será necessário esperar pela reforma ortográfica de 1911 para legitimar a eliminação de toda esta pompa disfuncional.

Em síntese, o paralelismo entre o Renascimento e o presente consiste pelo menos na existência de condições favoráveis à democratização da cultura. Para que o paralelismo acabe aí, ou seja para que essas condições se tornem causa de progresso, é preciso que o professor de Português encontre a resposta difícil ao que não pode ser equacionado como um dilema entre a formação científica que recebeu e que implica a rejeição da normatividade e a sua actividade docente que exige o aprofundamento do domínio da língua padrão<sup>20</sup>.

Mas a língua padrão supõe a uniformidade, frequentemente alcançada à custa da rejeição da variação, da imposição de um uso, que não é o da maioria, como o melhor e o único aceitável, e é inevitável a indecisão de contornos desse uso idealizado e ficcionado<sup>21</sup>.

Assumir a plasticidade da língua é perspectivar a variedade padrão na sua historicidade, o que implica a sua dessacralização, a consciência do peso de factores externos sobre juízos de valor, o conhecimento da relação existente entre poder e variáveis de prestígio; a importância da norma raramente pode ser estabelecida em termos linguísticos e absolutos, mas na sua relatividade e no contexto social.

<sup>19</sup> *Idem*, p. 141 3.

<sup>20</sup> «No mundo globalizado, homogeneizado, multicultural e atravessado por vertiginosos fluxos de informação que é o nosso, o desmembramento da língua referido por David Mourão-Ferreira poderá ser evitado – ou pelo menos consideravelmente minimizado – através de uma adequada formação dos professores de Português. Por isso esta não deve sob nenhum pretexto ser descurada, nem os critérios de exigência podem ser aligeirados. Na verdade, só professores que possuam o pleno domínio da norma padrão da língua poderão ensiná-la aos seus alunos». NEVES, M. B. e ROCHETA, M. I. – «Sobre a formação de professores de Português», p. 53, MATEUS, M. H. M. *et alii*, eds.: *A Faculdade de Letras em Debate*. Lisboa: 1999, pp. 49-58.

<sup>21</sup> Cf.: «La norme que le dirigisme établit n'est pas la norme comme statut, forme d'expression commune au plus grand nombre et que l'on se contenterait d'enregistrer. C'est une norme idéale. Elle sert les intérêts d'État si sa nature fictive gomme les tracés oscillants de la parole. Car l'unité de la langue intéresse le pouvoir. La variation l'incommode: celle des modes de dire, qui déjà fait obstacle aux parcours de l'argent, est aussi celle des modes de penser»: HAGEGE, Cl. – *L'Homme de paroles*. Paris: 1985, p. 272.

Quando se observa a língua ao longo do tempo, constata-se que a variação é inerente à actividade linguística, que é variando que a língua flui, vai sendo plasmada e se transforma. Ora a normatividade é frequentemente passadista, imobilista e a obsessão da uniformidade que a caracteriza tende a polarizar as variantes em *boas* e *más*, quando muitas vezes é uma evolução que está em curso, ou se nos depara uma encruzilhada em que o jogo de tendências diversas virá a projectar-se num novo rumo. O conhecimento da história convida à prudência: é preferível não estigmatizar como um erro uma forma que se integra nas tendências profundas da língua e não impôr como a única aceitável uma forma que convive com outra ou outras igualmente fundamentadas. Mas, se se considerar que há erros inegáveis e generalizados, por que não inventariá-los, diagnosticá-los e adoptar a metodologia adequada à sua eliminação? Afinal, os alunos aprendem também pelo menos uma língua estrangeira.

É difícil não reconhecer que é escasso o poder dos professores de Português relativamente ao devir da língua, em cujo plasmar-se intervêm forças de outra grandeza e uma multiplicidade de factores, muitos dos quais ligados à vida quotidiana; mas passando da língua colectiva para a competência linguística individual, a sua acção pode ser extensa e profunda.

É pela positiva que importa agir, o que impõe talvez a redefinição de prioridades; e é difícil não pensar nas tendências elitistas que no Renascimento desviaram uma boa parte da população do acesso à língua comum, que Fernão d'Oliveira viu como «mui certo apelido do reino [...] & da irmandade dos vassalos»<sup>22</sup>. A consciência da maleabilidade linguística, também no plano de cada aluno, apela ao aperfeiçoamento de um instrumento de comunicação suficientemente diversificado e preciso para apoiar capacidades cognitivas, para se ajustar à necessidades de comunicação extremamente variáveis e nunca plenamente satisfeitas, para permitir a fruição da língua nas suas manifestações passadas mas também neste presente que o fluir do tempo e a actividade dos homens tornaram mais denso, e mais saboroso.

---

<sup>22</sup> *Op. cit.*, p. 44, 24-25.